

SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA: A EMERGÊNCIA DA ECOANSIEDADE

Brígida Benícia Lima Costa

Discentes do curso de enfermagem da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP)
brigidabencia84@gmail.com.

Fabiola da Silva Santos

Discentes do curso de enfermagem da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP)
contatofabioladssantos@gmail.com.

Lucas Santos Alves

Professor Orientador da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP), lucasalvescr@hotmail.com.

RESUMO

A ecoansiedade tem se destacado como um fenômeno psicológico cada vez mais recorrente no cenário das mudanças climáticas. Caracterizada por sentimentos de medo, impotência e preocupação persistente com o futuro do planeta, essa condição afeta de maneira significativa a saúde mental, especialmente em populações expostas a desastres ambientais recorrentes. Esta revisão narrativa teve como objetivo analisar a relação entre mudanças climáticas, desastres naturais e seus impactos psicológicos, com foco na ecoansiedade. O estudo analisa artigos publicados entre 2019 e 2024, disponíveis nas bases PubMed, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), considerando critérios como disponibilidade de texto completo e relevância temática. Os resultados foram organizados em três eixos: os efeitos das mudanças climáticas no Brasil; os desafios da ecoansiedade na população; e as estratégias de enfrentamento em níveis individuais, coletivos e institucionais. Evidenciou-se que eventos como secas, enchentes e queimadas intensificam transtornos como estresse pós-traumático, ansiedade e depressão. A ecoansiedade é amplificada por fatores como desigualdades sociais, acesso limitado a serviços de saúde mental e consumo excessivo de informações sensacionalistas nas redes sociais. Como estratégias de enfrentamento, destacam-se a psicoterapia, as terapias em grupo, o engajamento ambiental e políticas públicas integradas. Também se observou a importância da educação ambiental e da cooperação entre governo, sociedade civil e setor privado na prevenção de catástrofes. A revisão aponta que, embora a ecoansiedade ainda tenha escassez de definições conceituais consolidadas, trata-se de um fenômeno real, que demanda atenção intersetorial, políticas públicas eficazes e novos estudos que explorem suas manifestações em diferentes contextos culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoansiedade; Saúde mental; Mudanças climáticas; Desastres naturais; Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas podem evoluir ao longo do tempo, e sua ocorrência pode culminar em danos significativos ao meio ambiente, ao ecossistema, e à vida humana e animal. Esse cenário, marcado por incertezas e riscos iminentes, pode desencadear ansiedade, definida como a antecipação de uma ameaça futura, diferentemente do medo, que é uma reação adaptativa e proporcional a uma ameaça real e imediata (LeDoux, 2014; Watts *et al.*, 2019; Crocq, 2015).



A ecoansiedade surge nesse contexto como um fenômeno ainda pouco compreendido, mas que se caracteriza pelo medo constante e pela preocupação excessiva com os efeitos das mudanças climáticas. Esse estado emocional está diretamente relacionado aos impactos que os desastres ambientais podem causar na saúde física e mental, bem como no bem-estar geral das pessoas (Clayton, 2020; Pihkala, 2020; Van Nieuwenhuizen *et al.*, 2021).

Muitos estudos focam na compreensão das mudanças climáticas e geoambientais, mas pouco se aborda sobre suas consequências psicológicas. Recentemente, esse tema tem sido investigado principalmente na população adulta, apesar de também afetar jovens e crianças de forma significativa. Observa-se que os mais jovens tendem a ter um conhecimento mais amplo e contínuo das ameaças climáticas, influenciado pelos determinantes sociais, econômicos e ambientais de saúde. Essa exposição, somada ao acesso frequente às redes sociais, os torna mais vulneráveis ao desenvolvimento da ecoansiedade em comparação com a população idosa (Burke *et al.*, 2018; Hayes *et al.*, 2018; Gislason *et al.*, 2021).

Diante do cenário atual, em que estressores relacionados às ações humanas e às mudanças climáticas se tornam cada vez mais frequentes, é importante compreender os impactos desses fenômenos na saúde mental. Ainda que o tema da ecoansiedade venha se popularizando, tanto na mídia, quanto nos acervos científicos, a literatura ainda necessita de definições claras e de uma compreensão aprofundada sobre suas correlações com o meio ambiente, desastres naturais e seus efeitos psicológicos. Sendo assim, este trabalho propõe realizar uma revisão narrativa da literatura sobre mudanças climáticas, ecoansiedade e desastres naturais, principalmente no Brasil, explorando essas lacunas e investigando suas repercussões na saúde mental de indivíduos afetados por esse problema.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a seleção dos artigos, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. As buscas foram realizadas nas bases de dados PubMed, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Optamos pelo uso de palavras-chave ao invés de descritores indexados (DeCS/MeSH), pois, após uma tentativa inicial, verificou-se a escassez de termos específicos relacionados ao assunto, uma vez que ele ainda é pouco abordado na literatura.

As palavras-chave utilizadas no idioma inglês foram: "eco-anxiety", "eco-distress", "climate anxiety", "global warming" e "natural disasters". Na plataforma PubMed, as buscas



foram realizadas com a combinação de operadores booleanos “AND” e “OR”, visando maior abrangência e precisão nos resultados. Para bases com foco no idioma português, visando correlacionar saúde mental e desastres naturais, utilizamos as palavras-chave: “ecoansiedade”, “saúde mental”, “desastres naturais no Brasil” e “aquecimento global”. Foram incluídos apenas artigos publicados nos últimos 5 anos (2019-2024), com textos completos disponíveis nos idiomas inglês e português. Resumos em anais de congressos, dissertações, teses e livros foram excluídos, devido à prioridade dada a estudos revisados por pares publicados em periódicos científicos.

A triagem dos artigos ocorreu em duas etapas. Inicialmente, foram realizadas a leitura dos títulos e resumos para uma primeira seleção. Em seguida, os artigos pré-selecionados foram analisados quanto aos seus objetivos e conteúdo. A seleção final incluiu apenas os estudos que atenderam a todos os critérios e estavam alinhados com o objetivo da revisão narrativa.

Com o intuito de facilitar uma leitura lógica, os resultados foram organizados em três seções principais: Aquecimento Global e Mudanças Climáticas: Principais Repercussões no Brasil; Ecoansiedade e Desafios; Estratégias de Enfrentamento e Perspectivas Futuras. Essa estrutura foi pensada para guiar o leitor por uma análise integrada do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Aquecimento Global e Mudanças Climáticas: Principais Repercussões no Brasil

O planeta enfrenta uma crise devido às mudanças climáticas, que têm efeitos devastadores na saúde humana. Desde a Revolução Industrial, o uso de combustíveis fósseis tem liberado grandes quantidades de gases de efeito estufa na atmosfera, exacerbando o fenômeno das mudanças climáticas. As ações humanas são o principal motor dessa crise, contribuindo para o desequilíbrio ecológico e a perda da biodiversidade. O aquecimento global, intensificado por essas ações, manifesta-se em vários fatores negativos que impactam diretamente a qualidade de vida, afetando tanto o indivíduo quanto as comunidades de forma mais ampla. Essas alterações podem ser observadas, por exemplo, em eventos como as ondas de calor (OC), que se tornaram mais frequentes e intensas (Jonkers *et al.*, 2024; Sousa *et al.*, 2022).

Tais mudanças climáticas e desequilíbrios ecológicos exacerbam os desastres naturais, que são eventos climáticos extremos. Embora nem sempre seja possível preveni-los, muitos desses desastres poderiam ser previstos com maior precisão, permitindo ações



mitigadoras. Entre os desastres mais comuns, destacam-se os incêndios florestais, especialmente no cerrado brasileiro, que se intensificaram nos últimos anos, em grande parte devido às mudanças climáticas. Esses incêndios não só afetam a biodiversidade, mas também agravam a emissão de gases de efeito estufa, alteram os padrões de precipitação, aumentam a temperatura e reduzem a umidade do ar (Oliveira *et al.*, 2023; Molt, 2021).

Entre 1990 e 2015, o país registrou o maior número de desastres naturais. A região Nordeste é particularmente vulnerável, com 40% dos desastres relacionados a secas e estiagens. Em 2013, 75% dos municípios nordestinos enfrentaram a pior seca das últimas cinco décadas. Esses desastres não apenas afetam a infraestrutura e a economia, mas também têm um impacto direto na saúde da população (Ribeiro *et al.*, 2022; Ágoston *et al.*, 2022).

O estresse decorrente do enfrentamento desses desastres cresce de forma significativa, afetando o bem-estar dos brasileiros. Estudos recentes apontam para graves consequências para a saúde, muitas delas relacionadas à poluição do ar, que, por sua vez, está associada a problemas no trato respiratório. Esse cenário é agravado por exemplo pelas intensas queimadas que ocorrem em diversas regiões do país, comprometendo ainda mais a qualidade de vida (Santos, 2021).

Nesse mesmo contexto de eventos climáticos extremos, entre abril e maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou um dos mais severos desastres climáticos de sua história, marcado por chuvas torrenciais e inundações, atribuídas ao fenômeno El Niño e as mudanças climáticas advindas do aquecimento global. Esse evento extremo fez parte de uma série de quatorze ocorrências climáticas adversas registradas no estado em menos de um ano, incluindo ciclones e enchentes de grande magnitude. A gravidade da situação levou à declaração de calamidade pública, causando impactos significativos à população e à infraestrutura local. Regiões ribeirinhas, devido às suas características geográficas, foram particularmente vulneráveis, sofrendo os maiores prejuízos com as enchentes (Quadro *et al.*, 2024).

Além dos danos materiais significativos, Quadro e colaboradores (2024) destacaram que os moradores das regiões afetadas enfrentaram um aumento expressivo de incerteza e tensão, criando um ambiente de insegurança que afetou profundamente o cotidiano da população. Esses efeitos psicossociais, embora mais difíceis de mensurar, são igualmente prejudiciais e demandam atenção específica nas políticas de apoio e nos planos de recuperação pós-desastre. Essa realidade intensifica a sensação de incerteza e o estresse, contribuindo para o agravamento de transtornos psicológicos. No Brasil, tais



impactos são ainda mais severos devido às desigualdades socioeconômicas, que limitam o acesso ao suporte psicológico, a informações confiáveis e a estratégias de resiliência.

3.2 Ecoansiedade e Desafios

Em paralelo a estes eventos climáticos que afetam o meio ambiente e os seres humanos, surge a ecoansiedade. Esse estado de angústia é caracterizado pela antecipação de situações ambientais que despertam medo e pela percepção de consequências irreversíveis no ambiente em que o indivíduo está inserido. Profundamente associada à vulnerabilidade emocional, a ecoansiedade é vista como um potencial fator desencadeante de transtornos psicológicos (Romeu, 2021; Léger-Goodes *et al.*, 2022; Innocenti *et al.*, 2023).

A exposição a eventos climáticos extremos pode intensificar a ansiedade, afetando negativamente a saúde mental e evoluindo, em muitos casos, para desordens mais graves. Essas condições são frequentemente desencadeadas por experiências traumáticas e agravadas pela dificuldade no controle sobre sentimentos gerados. Em alguns casos, esses sentimentos de angústia surgem antes mesmo da ocorrência de eventos climáticos, como uma antecipação de possíveis repercussões futuras (Palinkas, 2020).

As redes sociais desempenham um papel fundamental nesse contexto, influenciando a forma como os jovens percebem e reagem a eventos extremos. Essas plataformas frequentemente amplificam sentimentos de medo, insegurança e incerteza em relação ao futuro. Por exemplo, durante as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, o aumento das buscas por informações nas redes sociais refletiu não apenas interesse e engajamento, mas também uma intensificação da sensação de vulnerabilidade, especialmente diante da possibilidade de novos desastres. Além disso, a disseminação de fake news agravou ainda mais essa situação, promovendo pânico e desinformação que alimentam a ecoansiedade. Conteúdos sensacionalistas intensificam a sobrecarga emocional e dificultam a recuperação psicológica, sobretudo entre os grupos mais afetados (Quadro *et al.*, 2024).

Pesquisas têm destacado os impactos dos eventos climáticos na saúde mental, evidenciando que esses eventos não só agravam as condições psicológicas preexistentes, mas também podem desencadear novos problemas. Entre as consequências diretas estão o Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o Transtorno de ansiedade generalizada (TAG) e a depressão. Já os impactos indiretos estão relacionados ao estresse causado por mudanças sociais, como o deslocamento forçado e a perda de identidade cultural. O TEPT, em particular, é um dos transtornos mais prevalentes, comumente associado a esses eventos. A relação entre problemas mentais e mudanças climáticas segue um efeito



dominó: primeiro surge a ansiedade fisiológica, que pode evoluir para o TEPT, levando a comportamentos ansiosos e depressivos e, em casos extremos, suicídios. Essa resposta reflete o medo constante de futuros desastres, afetando tanto o funcionamento cognitivo quanto o emocional (Mohammed *et al.*, 2021; Hajek, 2023).

Embora a ansiedade seja a manifestação psicofisiológica predominante da ecoansiedade, outros sintomas incluem alterações de humor, distúrbios do sono, estresse, sensação de perda de identidade, medo, raiva e exaustão. Além disso, desastres naturais não apenas geram impactos psicológicos diretos, mas também transformam o ambiente onde as pessoas vivem, servindo, muitas vezes, como ponto de partida para o desenvolvimento de problemas de saúde mental (Innocenti *et al.*, 2021; Mohammed *et al.*, 2021; Baudon; Jachens, 2021).

Os continentes da Ásia, América e África apresentam as maiores incidências de desastres naturais em escala global. Segundo Zhang e colaboradores (2022), algumas hipóteses explicam como esses eventos impactam a qualidade de vida das pessoas. Um dos fatores apontados é o baixo nível de escolaridade, que contribui para uma maior vulnerabilidade psicológica, uma vez que indivíduos com menor instrução tendem a apresentar uma incidência mais elevada de TEPT após desastres naturais. Outro fator relevante é o impacto financeiro desses eventos, frequentemente associado ao surgimento de depressão devido à perda de bens, renda e estabilidade.

Nesse contexto, as mulheres mostram-se particularmente vulneráveis, apresentando maior incidência de sintomas de TEPT. Fatores como dificuldades econômicas, perda de emprego e moradia intensificam sua instabilidade financeira, afetando desproporcionalmente aquelas em condições de baixa renda. Em situações de desastres climáticos extremos, a taxa de mortalidade feminina frequentemente supera a masculina. No sul da África, por exemplo, estima-se que quatro mulheres morrem por cada homem em decorrência de catástrofes naturais. Em países onde as mulheres têm menos liberdade, como em algumas regiões da África, a situação é agravada por responsabilidades domésticas, como cuidar de filhos e parentes idosos, o que limita sua capacidade de fuga para locais seguros durante os desastres (Riyad *et al.*, 2021).

Além dessa vulnerabilidade, Riyad e colaboradores (2021) destacam que as mulheres frequentemente enfrentam um aumento da violência e abuso após esses eventos, intensificando o impacto psicológico. Essa realidade é particularmente evidente em países de baixa e média renda, onde os efeitos dos desastres naturais são mais severos, e o acesso a serviços de apoio é limitado, agravando ainda mais as condições de saúde mental feminina.



Fica claro, portanto, que os desastres climáticos exercem um impacto significativo na saúde mental, tornando essencial sua compreensão e abordagem adequada. Isso permitirá o desenvolvimento de métodos mais eficazes para enfrentar e compreender os problemas relacionados às mudanças climáticas (Romeu, 2021).

3.3 Estratégias de Enfrentamento e Perspectivas Futuras

Para lidar com a ecoansiedade, diversas estratégias podem ser adotadas, abrangendo desde ações individuais até abordagens coletivas e terapêuticas. O principal objetivo dessas medidas é auxiliar as pessoas a enfrentarem suas preocupações ambientais de forma mais saudável, transformando o medo em atitudes construtivas.

No campo individual, destacam-se a psicoterapia, especialmente a terapia cognitivo-comportamental (TCC), e as práticas de mindfulness, que vêm se mostrando ferramentas promissoras no auxílio à regulação emocional e à redução do impacto da ansiedade. A TCC atua na identificação e reformulação de pensamentos, crenças e atitudes disfuncionais relacionados à ecoansiedade. Essa abordagem permite ao paciente reconhecer padrões mentais distorcidos e substituí-los por interpretações mais realistas e equilibradas. Quando aplicada à ecoansiedade, a TCC foca especificamente em reavaliar pensamentos catastróficos ou excessivamente pessimistas acerca das mudanças climáticas e do futuro do planeta (Baudon; Jachens, 2021; Hoggart *et al.*, 2021).

Outra estratégia relevante de enfrentamento é a terapia em grupo, que oferece um ambiente de apoio emocional e permite conectar a experiência interna de ecoansiedade com a de outras pessoas e com questões sociais mais amplas. Esse espaço, que pode ser tanto terapêutico quanto comunitário, proporciona um contexto acolhedor e livre de julgamentos, onde os indivíduos podem compartilhar suas preocupações em relação às mudanças climáticas. Ao perceberem que seus sentimentos são comuns a outros e inseridos em uma realidade coletiva, os participantes tendem a se sentir menos isolados e mais compreendidos. Esse processo transforma o sofrimento individual em uma conscientização ampliada sobre o impacto social e global das crises ambientais, fortalecendo o senso de solidariedade e incentivando ações conjuntas. A participação em grupos locais ou online voltados ao suporte emocional oferece um espaço seguro para a troca de experiências e o recebimento de apoio mútuo, no qual os indivíduos encontram compreensão, validação e encorajamento para enfrentar seus medos e angústias diante da crise climática (Baudon; Jachens, 2021; Cunsolo; Landa, 2021; Pumpe *et al.*, 2022).

Adicionalmente, os indivíduos podem buscar maneiras de mitigar os impactos da ecoansiedade por meio do engajamento em ações ambientais, como a participação em



movimentos sustentáveis ou em organizações não governamentais (ONGs). Esse envolvimento pode fortalecer o senso de propósito pessoal, promovendo uma sensação de pertencimento e utilidade, além de contribuir efetivamente para a construção de um futuro mais equilibrado e sustentável (Heidenreich *et al.*, 2020).

Nesse contexto, destaca-se o enfrentamento focado no significado, conforme proposto por Crandon (2023), que envolve uma reavaliação mais positiva e equilibrada das mudanças climáticas, baseada na esperança e na confiança. Essa abordagem propõe que, em vez de se concentrar exclusivamente nos aspectos negativos e devastadores da crise ambiental, os indivíduos busquem encontrar um sentido maior na situação, adotando uma perspectiva que valorize a possibilidade de transformação, crescimento e resiliência frente aos desafios climáticos.

No âmbito sociopolítico, a formulação e a execução de políticas públicas assumem papel central na mitigação dos impactos da crise climática. Nesse sentido, é imprescindível reconhecer a responsabilidade do Estado em suas diferentes esferas, desde o governo federal até as administrações municipais, no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de estratégias de adaptação e resiliência.

A implementação de políticas públicas eficazes voltadas à mitigação das mudanças climáticas, aliada ao investimento em energias renováveis, é fundamental para promover um desenvolvimento mais sustentável. A atuação governamental deve ocorrer em diversas frentes, incluindo a regulamentação e fiscalização das atividades industriais e agrícolas, além da criação de incentivos fiscais que estimulem práticas ambientalmente responsáveis. O investimento em infraestrutura verde, como sistemas eficientes de transporte público e a ampliação de áreas verdes urbanas, contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a melhoria da qualidade de vida da população (Woodcock *et al.*, 2009).

A transição para fontes de energia renovável, como a solar e a eólica, requer o incentivo contínuo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias, além da criação de programas de financiamento voltados para projetos de geração distribuída e em larga escala. A educação ambiental, incorporada aos currículos escolares em todos os níveis de ensino, é fundamental para formar cidadãos conscientes e comprometidos com a proteção do meio ambiente. A promoção de atividades práticas, como projetos de reciclagem e compostagem, complementa o ensino teórico e estimula a adoção de hábitos sustentáveis no dia a dia. Paralelamente, as empresas devem assumir práticas de responsabilidade socioambiental, promovendo transparência em suas operações e demonstrando um compromisso efetivo com a preservação ambiental e o bem-estar das futuras gerações (Romani *et al.*, 2022; Neff *et al.*, 2023).



Apesar das estratégias propostas para mitigação de desastres, um estudo realizado na Somália destaca que a combinação entre desmatamento, má gestão dos recursos naturais, práticas insustentáveis de uso do solo, alta emissão de gases de efeito estufa e a ineficaz gestão ambiental por parte dos governos intensifica a perda da biodiversidade e favorece a ocorrência de inundações e secas. Os autores enfatizam que esses fenômenos afetam diretamente a agricultura e a economia local, comprometendo os meios de subsistência da população (Warsame, Mohamed, Sarkodie, 2024).

No contexto brasileiro, observa-se uma lacuna significativa entre o reconhecimento dos riscos ambientais e a adoção de medidas preventivas. O governo tende a adotar uma postura mais reativa do que proativa diante dos desastres naturais. Além disso, a escassez de financiamento para projetos de prevenção e a descontinuidade administrativa gerada por mudanças de gestão contribuem para a repetição de um ciclo vicioso de desastre, resposta emergencial e medidas paliativas. Isso acarreta custos elevados para setores como saúde e educação, além de impactos econômicos amplos. Regiões como o Norte e o Nordeste do país são particularmente vulneráveis, pois dispõem de menos recursos federais destinados à mitigação e resposta (Barbosa, Haddad, Anderson, 2022).

Dessa forma, torna-se evidente que estratégias eficazes de enfrentamento a desastres e investimentos públicos adequados por parte do governo são fundamentais. A colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil é indispensável para a construção de um futuro mais sustentável e resiliente. A atuação conjunta na prevenção de catástrofes ambientais contribui para a redução do número de pessoas diretamente afetadas e para a diminuição da prevalência da ecoansiedade na população.

As perspectivas futuras para o enfrentamento da ecoansiedade exigem uma abordagem integrada, que combine suporte psicológico, educação ambiental, políticas públicas efetivas e amplo engajamento social. Diante dos desafios crescentes impostos pelas mudanças climáticas, torna-se urgente preparar as populações não apenas para mitigar os danos ambientais, mas também para lidar, de forma proativa e resiliente, com os impactos emocionais e sociais decorrentes dessas transformações. Ademais, a escassez de estudos sobre o tema reforça a necessidade de pesquisas mais aprofundadas, dada sua relevância crescente para a saúde pública e ambiental. A **Figura 1**, a seguir, sintetiza os principais achados desta revisão.



Figura 1: Fluxograma dos principais resultados obtidos nesta pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ecoansiedade tem se disseminado rapidamente em escala global, manifestando-se não apenas como uma preocupação constante com o futuro do planeta, mas também como um fator que compromete o bem-estar psicológico das pessoas, gerando quadros de ansiedade, transtornos emocionais e um medo persistente. Para enfrentar essa realidade, é essencial que o poder público implemente estratégias eficazes, como a inserção da educação ambiental em diferentes níveis de ensino e o aumento do orçamento destinado à prevenção e resposta a desastres naturais. Proteger o meio ambiente ultrapassa a mera conservação da biodiversidade, pois trata-se de garantir segurança, saúde e qualidade de vida para as populações que dependem diretamente desses recursos para sua sobrevivência.

Além disso, o suporte psicológico torna-se indispensável para indivíduos que vivenciaram traumas causados por desastres naturais. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem se mostrado uma ferramenta valiosa na gestão de sentimento de impotência e angústia, frequentes em contextos de crise ambiental. As mudanças climáticas, evidenciadas pelo aumento das temperaturas globais, intensificação de eventos extremos e perda acelerada da biodiversidade, compõem um cenário de incertezas que amplifica a ansiedade relacionada ao clima. Por ser um fenômeno relativamente recente, a

ecoansiedade ainda enfrenta desafios conceituais e demanda investigações mais aprofundadas que considerem, entre outros fatores, os contextos multiculturais que influenciam sua manifestação e impacto. Nesse sentido, este artigo busca contribuir para sistematizar perspectivas recentes e indicar a necessidade de pesquisas interdisciplinares que articulem saúde mental, justiça climática e social.

REFERÊNCIAS

ÁGOSTON, C. *et al.* Identifying types of eco-anxiety, eco-guilt, eco-grief, and eco-coping in a climate-sensitive population: a qualitative study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 4, p. 2461, 2022. DOI: 10.3390/ijerph19042461. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8875433/>. Acesso em: 18 out. 2025.

ANDERSON, L. O.; SILVA, S.; MELO, A. W. F. There's no smoke without fire! **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 8, e00103823, 2023. DOI: 10.1590/0102-311XPT103823. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10566552/>. Acesso em: 18 out. 2025.

BARBOSA, M. L. F.; HADDAD, I.; ANDERSON, L. O. Time to improve disaster preparedness in Brazil. **Science**, v. 377, n. 6613, p. 1392, 2022.

BAUDON, P.; JACHENS, L. A scoping review of interventions for the treatment of eco-anxiety. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 18, p. 9636, 2021. DOI: 10.3390/ijerph18189636. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8464837/>. Acesso em: 18 out. 2025.

BURKE, S. E. L.; SANSON, A. V.; VAN HOORN, J. The psychological effects of climate change on children. **Current Psychiatry Reports**, v. 20, n. 5, p. 35, 2018.

CLAYTON, S. Climate anxiety: psychological responses to climate change. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 74, p. 102263, 2020.

CLAYTON, S. *et al.* Mental health and well-being. In: Climate change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2017. p. 1101–1146.

CRANDON, T. J. *et al.* Coping with climate anxiety: impacts on functioning in Australian adolescents. **Australian Psychologist**, 2024. DOI: 10.1080/00050067.2024.24049870.
CROCQ, M. A. Uma história da ansiedade: de Hipócrates ao DSM. **Diálogos em Neurociência Clínica**, v. 17, n. 3, p. 319–325, 2015.

CUNSOLO, A.; ELLIS, N. R. Ecological grief as a mental health response to climate change. **Nature Climate Change**, v. 8, n. 4, p. 275–281, 2018.

DODDS, J. A psicologia da ansiedade climática. **BJPsych Bulletin**, v. 45, n. 4, p. 222–226, 2021. DOI: 10.1192/bjb.2021.18. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8499625/>. Acesso em: 18 out. 2025.



GISLASON, M. K.; KENNEDY, A. M.; WITHAM, S. M. The interplay between social and environmental determinants of mental health for children and youth in the climate crisis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 9, p. 4573, 2021.

HAJEK, A.; KÖNIG, H. H. Do individuals with high climate anxiety believe that they will die earlier? First evidence from Germany. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 6, p. 5064, 2023. DOI: 10.3390/ijerph20065064. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10048977/>. Acesso em: 18 out. 2025.

HAYES, K. *et al.* Climate change and mental health: risks, impacts and priority actions. **International Journal of Mental Health Systems**, v. 12, n. 28, 2018. DOI: 10.1186/s13033-018-0210-6.

HEIDENREICH, S.; SPIETH, P.; PETERS, M. Organizational and individual engagement in sustainability initiatives: psychological and behavioral effects. **Journal of Cleaner Production**, v. 256, 120396, 2020. DOI: 10.1016/j.jclepro.2020.120396.

HOGGART, A.; POLLARD, T. M.; FIDO, D. Eco-anxiety: a systematic review of current knowledge. **Journal of Affective Disorders**, v. 296, p. 491–504, 2021.

INNOCENTI, M. *et al.* How can climate change anxiety induce both pro-environmental behaviours and eco-paralysis? The mediating role of general self-efficacy. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 4, p. 3085, 2023. DOI: 10.3390/ijerph20043085. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9960236/>. Acesso em: 18 out. 2025.

JONKERS, E. *et al.* Heatwaves and health: a systematic review of impacts and adaptation strategies. **Science of the Total Environment**, v. 907, 167591, 2024. DOI: 10.1016/j.scitotenv.2023.167591.

LEDOUX, J. E. Coming to terms with fear. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 111, n. 8, p. 2871–2878, 2014. DOI: 10.1073/pnas.1400335111.

LÉGER-GOODS, T. *et al.* Eco-anxiety in children: a scoping review of the mental health impacts of the awareness of climate change. **Frontiers in Psychology**, v. 13, p. 872544, 2022. DOI: 10.3389/fpsyg.2022.872544.

MOHAMMED, A.; SHEHU, S.; ALIYU, A. Climate change, natural disasters and mental health disorders: a systematic review. **Journal of Affective Disorders**, v. 287, p. 145–156, 2021. DOI: 10.1016/j.jad.2021.03.075.

MOLT, F. *et al.* Trastornos del sueño en emergencias y desastres. **Revista Médica Clínica Las Condes**, v. 32, n. 5, p. 535–542, 2021. DOI: 10.1016/j.rmclc.2021.07.003. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8635449/>.

NEFF, M. W.; ARMITAGE, D.; WANG, R. Transformative environmental education for climate resilience. **Sustainability Science**, v. 18, p. 1259–1274, 2023. DOI: 10.1007/s11625-022-01275-1.



OLIVEIRA, U. *et al.* A near real-time web-system for predicting fire spread across the Cerrado biome. **Scientific Reports**, v. 13, n. 1, p. 4829, 2023. DOI: 10.1038/s41598-023-30560-9.

PALINKAS, L. A. *et al.* Strategies for delivering mental health services in response to global climate change: a narrative review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 22, p. 8562, 2020. DOI: 10.3390/ijerph17228562.

PIHKALA, P. Eco-anxiety and environmental education. **Sustainability**, v. 12, n. 23, p. 10149, 2020. DOI: 10.3390/su122310149.

QUADRO, C. S.; BARRETO, M. L. O negacionismo durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **SciELO Preprints**, 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/10237/18813>. Acesso em: 24 set. 2025.

RIBEIRO, Marcos Samuel Matias *et al.* Aspectos meteorológicos, sociais, sanitários e desastres naturais na região nordeste do Brasil. **Mercator** (Fortaleza), v. 21, p. e21009, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ThKTLfxqCSbbypqHch6kvKm/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2025.

RIYAD, Y. *et al.* Gender differences in mortality during climate-related disasters: a global systematic review. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 64, 102485, 2021. DOI: 10.1016/j.ijdrr.2021.102485.

ROMANI, G.; SOUZA, R.; LIMA, P. Corporate social responsibility and climate change: evidence from Latin America. **Journal of Cleaner Production**, v. 338, 130630, 2022. DOI: 10.1016/j.jclepro.2022.130630.

ROMEU, D. Is climate change a mental health crisis? **BJPsych Bulletin**, v. 45, n. 4, p. 243–245, 2021. DOI: 10.1192/bjb.2021.30. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8499618/>.

SANTOS, U. P. *et al.* Environmental air pollution: respiratory effects. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 47, n. 1, e20200267, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36416/1806-3756/e20200267>.

SOUZA, N.; PINTO JÚNIOR, O. A. C. Impactos das mudanças climáticas na América do Sul segundo os modelos do CMIP6. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 37, n. 4, p. 649–666, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/nY4D3kzrPmZhH5zxrq3Vvrm/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2025.

SOUZA, P. M. *et al.* Increase in heatwave frequency in Brazil due to anthropogenic climate change. **Climate Dynamics**, v. 59, n. 3–4, p. 857–872, 2022. DOI: 10.1007/s00382-021-06007-9.

VAN NIEUWENHUIZEN, M.; WATTS, N.; HUGHES, N. The Lancet Countdown on health and climate change. **The Lancet**, v. 398, n. 10311, p. 1619–1662, 2021.



WOODCOCK, J. *et al.* Public health benefits of strategies to reduce greenhouse-gas emissions: urban land transport. **The Lancet**, v. 374, n. 9705, p. 1930–1943, 2009.

ZHANG, R.; ZHANG, Y.; DAI, Z. Impact of natural disasters on mental health: a cross-sectional study based on the 2014 China Family Panel Survey. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 5, p. 2511, 2022. DOI: 10.3390/ijerph19052511. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8908990/>. Acesso em: 18 out. 2025.